

# Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

ANO I / N.º 7 / 12 DE JULHO DE 1974 / PREÇO 2\$50 / SEMANAL

## EDITORIAL

### CRISE NO GOVERNO PROVISÓRIO

O Diário de Notícias de 6 do corrente, sob o título "A situação em Portugal melhora de dia para dia", transcrevia de um jornal sueco as seguintes palavras de Sá Carneiro: "Temos de recuperar rapidamente a confiança dos investidores, tanto estrangeiros como portugueses. A ordem encontrada já estabelecida na maioria dos locais de trabalho e as greves estão sob "controle". Na minha opinião, a situação está a melhorar de dia para dia".

Quatro dias depois a crise instala-se no Governo Provisório e Sá Carneiro participa nela activamente.

A situação está a melhorar de dia para dia?

Traduzindo os verdadeiros interesses do Governo Provisório, Sá Carneiro sossegava a grande burguesia investidora. A ordem restabeleceu-se e as greves estavam sob controle. Podia avançar tranqüila a burguesia nacional e internacional, os trabalhadores tinham sido domesticados, continuavam a render.

Alguns dias mais tarde, ao "Diário Popular", volta a dar respostas e opiniões tranquilizadoras. Os conselhos de administração, as gerências ultra-dinâmicas, os tecnocratas, o capital financeiro moderno e vestido à europeia, podem sossegar; sobre o seu leito vela a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado, o Governo Provisório. A "confiança" restabelece-se — a exploração, afinal, continua como dantes.

Mas os ministros demitidos sabiam que para o processo ir mais longe era necessário que saíssem mais diplomas legais que, tão bem como a célebre "Lei de Imprensa", defendessem claramente os interesses da burguesia. Por outro lado sabiam que os poderes do Governo Provisório tinham de aumentar, muito particularmente os relativos a certos Ministérios. Vasco Vieira de Almeida que é economista e bom administrador de empresa sabe bem que essa história de combate aos monopólios e da protecção às pequenas e médias empresas é uma cantiga para embalar meninos e que não é ele

(cont. da pág. 8)

## OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MANIFESTAM-SE

Têm sido os trabalhadores da função pública, já no âmbito do actual governo provisório, alvo de medidas repressivas, de medidas de ordem fascista.

Primeiramente e datando de 24 de Junho uma resolução do Conselho de Ministros, impedindo a participação dos trabalhadores na reestruturação, gestão e controle dos serviços, contrariando um efectivo saneamento de estruturas e de quadros, recorrendo, para o cumprimento destas medidas ao Estatuto do Funcionalismo Público, publicado em 1943, e que mais não é do que um conjunto de regras disciplinares do mais puro estilo fascista, uma enumeração de "deveres" para os trabalhadores e o desprezo pelo mais elementar dos seus direitos.

Após várias promessas e adiamentos, anunciou o Governo o aumento de vencimentos para os seus funcionários, que na totalidade atingem os trezentos mil.

Mas que representava total aumento? Nem mais nem menos do que a concretização da alteração de vencimentos já prevista e analisada pelo anterior regime. O discurso demagógico é idêntico. Afirmou o dr. Vieira de Almeida

"aplicou-se um critério de justiça social, efectuando aumentos proporcionalmente maiores nas classes de vencimentos mais baixos". Isto é, e traduzindo para números — aumento de 1000\$00 para as categorias pior remuneradas, que auferem actualmente vencimentos compreendidos entre os 2000\$00 e os 3000\$00 e, aumentos situados perto dos 3000\$00 para os senhores técnicos e quadros dirigentes. Tal é o critério de "justiça social" proclamado pelo Senhor Ministro.

O repúdio ao decreto divulgado no sábado concretizou-se desde logo, pelo recurso a greves de zelo num grande número de repartições. Na segunda-feira, a greve de zelo generalizou-se nalgumas secções dos Ministérios.

No mesmo dia e às 17 horas e 30 m. realizou-se uma manifestação, na base da qual esteve a iniciativa dos trabalhadores que para a sua divulgação apenas utilizaram contactos telefónicos entre os vários departamentos de estado, conseguindo contudo congregarem muitos milhares de pessoas. Os trabalhadores da função pública tiveram a sua primeira grande manifestação espontânea de contestação

a uma medida governamental. Da Praça do Comércio, os manifestantes empunhando cartazes onde se podia ler! "O governo não pode dizer que não tem dinheiro, due muito a quem tinha muito e pouco a quem tinha pouco", "a palavra camarada é só teoria", dirigiram-se para o Palácio de S. Bento onde já se encontravam milhares de pessoas.

Gritando slogans como "salários — justos — sim; aumentos fascistas — não", "vamos para a greve", os 10 000 manifestantes permaneceram junto do Palácio mostrando a firme determinação de não arredarem pé enquanto não houvesse uma resposta pública de membros do governo.

Para além do protesto contra o decreto, exigia-se a revogação do famigerado Estatuto do Funcionalismo Público, assim como um subsídio de férias que independentemente de categorias, fosse igual para todos.

A paralização de trabalho já verificada em determinados locais, a extraordinária mobilização de trabalhadores contra a decisão governamental, levou este à suspensão do decreto e a prometer a sua revisão até ao fim da semana.

relação aos estudantes e professores? Quem foi um dos principais responsáveis pela política demagógica no campo educacional? Ninguém melhor do que estudantes e professores o poderão dizer. Ainda há bem pouco tempo corria o boato — ou não — que Veiga Simão continuaria a ocupar a chefia do Ministério da Educação Nacional, o que imediatamente provocou justa indignação e repulsa por parte de estudantes e professores sobre tal personalidade.

Pode-se ler no n.º 8 do "Avante" que: "Seria errado medir tudo pela mesma bitola e não ter em conta, em alguns casos, a necessidade de especialistas e quadros preparados, independentemente da sua ideologia. (...)"

Qual será o conceito de saneamento para o Governo Provisório, JSN e partidos reformistas de modo a contribuir no corte às raízes fas-

(continua na pág. 6)

### RESOLUÇÃO DA O.U.A.

Se foram principalmente as im- placáveis vitórias dos movimentos de libertação das colónias que contribuíram para o isolamento, para o descrédito de Portugal no Mundo com sucessivas condenações nos organismos de índole internacional (ONU, OIT, UNESCO, OUA, etc.); se foram as inquebrantáveis vitórias — militares, políticas e diplomáticas — dos movimentos de libertação que contribuíram para a queda do fascismo em Portugal; se a burguesia portuguesa já reconheceu — através dos seus representantes políticos — que a solução para as criminosas guerras coloniais não é militar, mas política, não é menos verdade que essas mesmas guerras continuam talvez com vestes de "democratas" mas nem por isso deixam de ser menos criminosas e abjectas. De facto o fascismo foi derrubado, mas as guerras continuam por conta de um governo democrático-buguês (com a participação de "comunistas" e "socialistas") e ao serviço do imperialismo.

Hoje, tal como ontem, as condenações ao regime português continuam. Mais uma vez a O.U.A. (Organização de Unidade Africana) condenou a política colonial-racista do novo regime português, nos seguintes termos:

"Negamos aos regimes racistas da África do Sul, de Israel e da Rodésia, negamos a Portugal e a todos os que transformam o domínio colonial ou racista num dogma oficial, o direito de se aproveitarem das nossas propostas, a fim de continuarem a oprimir milhões de homens e espezinhare a sua dignidade e honra."

## AS NOTÍCIAS QUE PASSAMOS A NÃO OUVIR

Foram despedidos da Rádio Renascença os noticiaristas Rui Paulo da Cruz, Rui Pedro, Sérgio Fernandes e Luís Filipe Martins. Leite Vasconcelos, noticiarista e produtor do programa "Limite" solidariza-se com os seus colugas pedindo a demissão.

O despedimento destes noticiaristas deve-se ao facto de não terem acatado uma ordem interna que obrigava a que todos os noticiários fossem censurados por todo o pessoal e que não fossem transmitidos no caso de qualquer elemento não estar de acordo. Esta ordem interna aparentemente "popular" era uma medida demagógica e funcionou como uma verdadeira censura, após a saída da Lei de Imprensa. Na verdade, os noticiários não eram discutidos colectivamente por todo o pessoal, nem este interferia na sua feitura. Por outro lado, o facto de se dar a

possibilidade de qualquer elemento do pessoal poder votar contra a sua leitura aos microfones, dá direito ao elemento mais à direita, mais reaccionário, impedir por sistema, a leitura de noticiários com conteúdo que interessa à classe trabalhadora.

Rádio ligada, desde sempre ao patriarcado, a Renascença, que há alguns anos era extremamente reaccionária, mudara nos últimos tempos, apresentando programas de esquerda e que nada tinham a ver com religião. Mas o seu pessoal mais antigo vem dos velhos tempos de fidelidade à política de Cerejeira. É assim que qualquer noticiário de esquerda podia ser impedido segundo as novas normas. Por isso os quatro noticiaristas se recusaram a obedecer. As consequências aí estão.

A lei de Imprensa já fez muitas vítimas, em pouco tempo. Cumpre o seu papel.

### COMISSÕES DE TRABALHADORES OU DELEGADOS SINDICAIS

(ler na pág. 7)

### SANEAMENTO E O CASO DE VEIGA SIMÃO

Após o 25 de Abril muito se tem falado em saneamento de indivíduos fascistas que no regime anterior ocupavam cargos de chefia. Se é certo que tal tem acontecido em relação a alguns facinoras notórios, não é menos verdade que em relação a outros está-se simplesmente a verificar a mudança de cargo.

Ora, vem isto a propósito da recente nomeação do fascista Veiga Simão, ex-ministro da Educação Nacional, para representante permanente de Portugal na O.N.U., que foi aprovado em Conselho de Ministros.

Veiga Simão, segundo parece, não era filiado do então partido fascista, A.N.P. Mas esta medida de Marcelo Caetano em escolher ministros com vestes liberais fazia parte da sua política demagógica em que sempre tentou dar um aspecto liberal à sua política criminosa. Mas isto nada quer dizer e perguntamos: quem é que muitas vezes chamou a polícia para reprimir as justas lutas dos estudantes? Quem é que inúmeras vezes falou em tom ameaçador, repressivo em

#### NESTE NÚMERO:

- A greve dos trabalhadores da EFACEC-INEL (pág. 3)
- Trabalhadores em luta (págs. 4 e 5)
- Aspectos das manifestações anticolonialistas em Roterdão (pág. 6)
- Catalunha: uma entrevista (pág. 8)

## EFACEC-INEL

(continuação da pág. 3)

gindo o fim imediato das negociações. É neste clima de total paralisação do trabalho de todos os sectores de Lisboa, que no fim da tarde é dado a conhecer o termo das negociações que por ter sido totalmente negativo levou à realização do 5.º plenário em 6-7.

### OS «ENVELOPES-MISTÉRIO»

Entretanto a Administração continuava a usar de manobras no sentido de pôr em cheque ou pelo menos retardar a luta dos trabalhadores. Uma das mais caracterizadas, e que por isso mereceu dos trabalhadores um repúdio sem ambiguidades, consistiu naquilo a que se chama na empresa os «envelopes-mistério». Consiste esta prática, também conhecida por «surda», numa distribuição aos chefes de um envelope contendo uma certa quantia em dinheiro, consoante a rentabilidade do respectivo pessoal, ou seja, conforme os lucros que dão à empresa. Pois o representante da administração nas negociações disse que os elementos da Comissão eram pessoas de espírito muito aberto, pessoas muito honestas, e terminou afirmando que se este ano houvesse distribuição dos tais famosos envelopes-mistério ele não se importava nada de dar um desses envelopes a cada membro da Comissão dos Trabalhadores.

### A GREVE

O Plenário realizado no dia 6 de Julho (portanto o quinto desde o início do processo reivindicativo), aprovou as seguintes conclusões, que se traduzem por uma greve com ocupação permanente dos locais de trabalho fixos:

### — CONSIDERANDOS

A — Considerando as várias tentativas levadas a cabo pelos trabalhadores na luta pelas reivindicações que julgam justas

o que se traduziu nomeadamente por:

a — Apresentação à Administração em 23-574 do caderno reivindicativo aprovado no primeiro plenário de 21 de Maio de 1974.

b — A realização de um segundo Plenário em 1 de Junho de 1974 na tentativa de obter resposta ao caderno reivindicativo.

c — A realização de um terceiro plenário em 8 de Junho de 1974 que, face à insuficiente e confusa resposta dada pela Administração, decidiu dar poderes de negociação à C. D. D. T.

d — A realização de um quarto plenário em 29 de Junho de 1974 dada a não aceitação por parte da Administração das negociações.

B — Considerando que para o início das negociações em 1-6-1974 foi necessário paralisar o trabalho com concentração à porta da sede e que aquelas só foram concluídas em 5 do corrente mês devido à forte pressão exercida pelos trabalhadores através de nova paralisação e concentração espontânea.

C — Considerando ainda a forma como a Administração conduziu as negociações criou uma situação lesiva dos interesses de todos os trabalhadores das empresas EFACEC-INEL.

Não encontrando os trabalhadores outra forma de luta que possa vir a impor as suas reivindicações e responsabilizando a Administração pela actual situação.

### — DECIDIU-SE:

1 — Greve, com ocupação imediata e permanente dos locais de trabalho fixos pelos trabalhadores desses mesmos locais.

Que os trabalhadores cujos locais de trabalho são estaleiros, se distribuirão por todos os locais de trabalho das empresas em Lisboa (armazéns da Rua Padre António Vieira), Elevadores (Carnaxide), 60, 76 e

## Revolução

INEL) devendo a C. D. D. T. proceder a essa distribuição.

2 — Que à Administração deve ser impedido o acesso a qualquer das instalações da EFACEC-INEL em Lisboa a não ser para aceitar as propostas limites apresentadas pela C. D. D. T.

3 — Que aos trabalhadores suspensos e com inquérito para saneamento em curso, também deve ser impedido o acesso a essas instalações.

4 — Que nenhum trabalhador deve permanecer no seu estaleiro mas sim nos locais para onde

for destacado.

Que à C. D. D. T. competirá na segunda-feira, dia 8, estabelecer ligações com todos os estaleiros a fim de fazer cumprir esta determinação aos trabalhadores que por ventura ainda lá se encontrem.

As ligações entre os diversos locais de trabalho competirão à C. D. D. T. coadjuvada por um grupo coordenador, dos trabalhadores que se encontram nos diversos locais ocupados, a nomear nesta assembleia pela C. D. D. T., e constituída por 12

trabalhadores.

5 — Que nos locais ocupados, sob o incentivo e coordenação da C. D. D. T. se realizem debates não só sobre o problema (empresa) mas também sobre todos os problemas nacionais.

6 — Que a ocupação das instalações para além das horas normais de serviço seja assegurada, no mínimo, por 1/4 dos trabalhadores do sector e 1/4 dos trabalhadores extra sector aí destacados.

7 — Que se dê imediato início a um exame à situação económica das empresas, exercido por técnicos das empresas com a confiança dos trabalhadores e técnicos nomeados pelo Ministério do Trabalho a fim de julgar a impossibilidade ou não da concretização das nossas reivindicações ou até que níveis eles poderão ser elaborados.

As conclusões deste exame deverão constituir documento a distribuir por todos os trabalhadores.

8 — Que, se até 5.ª feira, dia 11 às 8 horas a situação não se tiver modificado se realize novo plenário para se fazer o ponto da situação.

9 — Que à C. D. D. T. competirão ainda todos os contactos oficiais com os meios de informação, com a Administração e com os técnicos encarregados do exame económico das empresas.

10 — Que antes de 5.ª feira, 11, qualquer outro plenário poderá ser convocado pela C. D. D. T. se esta o entender conveniente.

11 — Que seja elaborado e enviado um comunicado a todos os trabalhadores da EFACEC-PORTO, relatando os acontecimentos de LISBOA.

Que a realização de qualquer sessão de esclarecimento, se os trabalhadores da EFACEC-PORTO assim o solicitarem seja assegurada pela C. D. D. T.

12 — Que seja dado à C. D. D. T. um voto de confiança.

### COMEÇOU A GREVE :

A posição dos trabalhadores :

Sabemos melhor que ninguém da justiça das nossas posições. Não fazemos a greve com outro interesse que não seja a defesa dos nossos direitos e da nossa dignidade de humanos acompanhada dum a tomada de posição consciente da nossa condição de trabalhadores. Somos nós todos, trabalhadores, que produzimos a riqueza que queremos dividida de uma forma justa que permita viver com dignidade. A nossa força de trabalho tem estado ao longo dos anos ao serviço do patrão. Chegou a altura que mais tarde ou mais cedo tinha que chegar. O momento de nos encontrarmos com os nossos problemas e com as nossas possibilidades de os resolver. Agora nós vimos que para além da força do trabalho também somos uma maioria que é explorada e podemos ser a força capaz de alterar a História da humanidade para construir um mundo novo onde não caiba a exploração do homem pelo homem. Todos temos que ter a consciência exacta da nossa posição na sociedade para, a partir daí desenvolvermos a nossa luta... e já começámos. Temos de a prosseguir com o rigor e a determinação que sempre aplicamos no nosso trabalho. Temos de estar atentos aos elementos estranhos que pretendam quebrar a nossa unidade. Sabemos bem dos nossos interesses, onde estamos e para onde queremos ir. A greve não é para nós a última forma de luta. Nós queremos alcançar mais justiça para os trabalhadores e sabemos das nossas possibilidades. Ninguém, melhor do que nós, poderá defender-nos da exploração capitalista e encontrar a forma capaz de satisfazer as nossas aspirações de trabalhadores que queremos e nos orgulhamos de efectivamente ser.

Só nós, organizados com todos os trabalhadores poderemos modificar a sociedade. A nossa capacidade de trabalho, o nosso sentido de justiça e uma tomada de consciência social levará até ao fim a realização da sociedade que queremos dos trabalhadores. Mas, mesmo aí, a luta continua !!!

(Do jornal da Greve, n.º 1)

## RELAÇÃO DOS LEITORES

«De origem pertença à pequena burguesia e entre ela tenho vivido até agora. A minha posição, ou antes, o modo de viver, está pouco marcado, porque não me situo entre a camada estudantil, e por outro lado, também não sou propriamente uma assalariada. A minha posição na sociedade, creio que só poderá ser determinada pelos acontecimentos. Instintivamente, esta sociedade sempre me pareceu errada, injusta, e pouco própria a um desenvolvimento pleno do homem. Há tempos no interesse político, não só meramente interesse pelo que se passa, mas sobretudo por desejo de transformar, levou-me às leituras de Marx, Lenine, Rosa Luxemburgo, e outros grandes revolucionários. Aprendi que a ordem das coisas não é imutável, como a sociedade burguesa quer vivamente impingir. Ontem o fascismo, hoje a democracia burguesa, pretendem continuar o seu domínio, explorando o trabalho operário. É preciso que o operário se organize. É preciso uma organização a nível internacional, para que finalmente se passe à Revolução Socialista mundial, à ditadura do proletariado.

A luta dos trabalhadores não começa em marés altas nem com

«25 de Abril», nem com liberdades democráticas. Não é feita por revolucionários burgueses, mas pelos próprios trabalhadores. E essa luta tem de ser feroz, porque feroz é a exploração capitalista, e feroz é a repressão que ela exerce sobre quem a desafia.

Não é em nome duma aliança de classes mas é o enorme desejo de querer participar e contribuir para a grande missão histórica que é a Revolução Socialista que me leva a dizer isto».

A.

### CAMARADAS E AMIGOS

Depois de um muito curto período de alegria e, sobretudo de esperança que o 25 de Abril me havia trazido, depois de um 1.º de Maio cheio de euforia pelas tão ansiadas liberdades enfim conquistadas por intermédio das gloriosas Forças Armadas, não tardou que a dúvida começasse a toldar-me o espírito e a fazer-me pensar se tudo não passaria de um sonho, um sonho bom, daqueles sonhos de fadas que nós temos em crianças. Infelizmente, não foi preciso muito tempo para que a dúvida se desvanecesse por completo dando

lugar a uma certeza que por sinal não é nada agradável. Certeza esta que, tal como o sonho bom de que vos falei, passou a ser um verdadeiro pesadelo com papões e tudo.

Num instante tudo ficou claro e concreto para mim, e à medida que os dias foram passando e eu fui tomando contacto com as notícias, lentamente todas as alegrias e esperanças adquiridas no princípio foram desaparecendo do meu íntimo. Na verdade não deveria ter alimentado tantas esperanças pois qualquer espírito, por menos perspicaz que seja e perante o desenrolar dos factos, consegue descortinar com a maior das facilidades qual o rumo que toma a "estrada democrática" a que se refere o General Galvão de Melo.

Com efeito, as incoerências têm surgido desde o princípio do novo regime, e é ver:

— Como se pode falar em fazer justiça se enquanto os simples esbirros do anterior regime estão na prisão à espera de julgamento, os verdadeiros responsáveis pelos seus actos estão pura e simplesmente mais livres que qualquer outro cidadão nacional. Isto já não falando noutros verdadeiros responsáveis

pelo fascismo e repressão que são os capitalistas?

— Como se pode falar em liberdade se ao mesmo tempo que a ela se faz referência assina-se também uma ordem de prisão pelo simples facto de o indivíduo se expressar publicamente num jornal, sejam quais forem as suas ideias? Como é o caso de Saldanha Sanches.

— Finalmente como se pode falar em negociar a paz quando se continua a matar e a morrer numa guerra hipócrita e inglória? "A paz não se negocia vive-se".

É por isto que eu estou aqui a escrever-vos, CAMARADAS.

Porque no meio de tanta incompatibilidade começo a ver claro, começo a ver onde está a verdade, uma verdade que há tanto procuro e que começa a fazer parte de mim mesmo.

Numa altura em que o Comunismo, o Socialismo, e a burguesia andam de mãos dadas eu começava já a sentir-me só e é com grande alegria que vejo que tal não acontece.

Venho, por tal razão, testemunhar-vos o meu regozijo e pedir-vos que me considerem desde já camarada, mais não seja camarada por afinidade de ideias e (porque não?) de luta.

E. M.

## CAMARADA, ESCREVE-NOS!

DIRECTOR INTERINO: Isabel do Carmo

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Rua Gil Vicente, lote A, r/c. — PAREDE

Telefone: 2475051 das 18 às 20 horas

Impressão e Composição:

Mirandela & C.ª — Rua Victor Cordon, 27-1.º — Lisboa

Distribuição

Distribuidora "O Século"

Rua de "O Século", 41 a 63 — Lisboa

# A GREVE DOS TRABALHADORES DA EFACEC-INEL (sector Sul)

No dia 21 de Maio de 1974 os trabalhadores da empresa EFACEC-INEL (Sector Comercial do Sul) reúnem o primeiro plenário após o 25 de Abril. Esta empresa ligada ao grupo belga ACEC cujo capital pertence ao grande «trust» norte-americano Westinghouse emprega no nosso país alguns milhares de trabalhadores. Só no Sector Sul trabalham mais de mil pessoas, das quais cerca de 800 operários que as características da empresa obrigam a dispersar-se por todo o país.

São precisamente estes trabalhadores do Sector Sul que se encontram empenhados numa justíssima luta contra o patronato. No primeiro Plenário, em 21 de Maio, os trabalhadores elaboraram e aprovaram um caderno reivindicativo em que se focavam essencialmente os seguintes pontos:

Salário mínimo (6000\$00);  
Férias e subsídio de férias;  
Tabelas de ordenados;  
Horário semanal (40 horas) e horas extraordinárias (direito de recusar fazê-las sem ter de apresentar para isso qualquer justificação);

Reclassificação de todo o pessoal;

Subsídios de deslocação, de alimentação, de Natal e Páscoa;  
Constituição de uma Comissão de Defesa e Direito dos Trabalhadores.

Desde há muito tempo que os trabalhadores de Lisboa, com especial relevo para o sector operário, vinham manifestando o seu desacordo face às condições de trabalho que lhes eram impostas pela Administração. E o facto de a maioria dos operários se encontrar dispersa pelo país em diversas obras e sem grandes possibilidades de comunicação entre si, aliado às duras condições da repressão fascista, explica que antes do 25 de Abril a luta dos trabalhadores do Sector Sul não tenha podido revestir-se de formas organizadas semelhantes à que agora, vêm adoptando.

Mas após a queda do regime fascista a onda de descontentamento desenvolve-se, não apenas entre os trabalhadores do sector técnico e administrativo, mas também entre os operários, e vem a culminar com a realização do primeiro Plenário no qual os trabalhadores aprovam o Caderno Reivindicativo.

## INTRANSIGÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

Uma comissão de quatro trabalhadores (que era a Mesa da Assembleia) foi mandatada para apresentar o caderno reivindicativo à Administração da empresa, o que fez imediatamente. Verificando entretanto que a administração não dava qualquer resposta às suas reivindicações, os trabalhadores decidem reunir um novo Plenário no dia 1 de Junho. Que resolveram os trabalhadores nesse segundo Plenário? Em primeiro

lugar, decidiram exigir à administração uma resposta por escrito e ponto por ponto ao caderno reivindicativo, marcando para tal uma data limite. Mas, atentos ao desenrolar dos acontecimentos e decididos a dotarem-se de instrumentos adequados para uma luta que começavam a antever dura e demorada, os trabalhadores decidiram desde logo alargar a Comissão que inicialmente tinham constituído, elevando o número dos seus componentes de 4 para 12. A Comissão que ficou pois eleita nesse Plenário compreendia dois funcionários administrativos, sete operários, dois técnicos e um desenhador, representando todos os sectores da EFACEC-INEL-LISBOA. A assembleia garantiu à nova Comissão todo o apoio sob todas as formas em caso de represálias directas ou simuladas por parte da entidade patronal. Os trabalhadores reunidos no Plenário decidiram também que os elementos da Comissão, dadas as tarefas para que a assembleia os mandatava, seriam dispensados de comparecer nos respectivos locais de trabalho, não deixando no entanto por isso de auferir os respectivos vencimentos. As tarefas da Comissão não deviam, segundo os trabalhadores, ser cumpridas fora das horas de trabalho, e por isso os elementos da Comissão deveriam continuar a ser pagos como se executassem os seus trabalhos normais. Decidiu-se ainda nesse mesmo Plenário ocupar as instalações do Centro da Alegria no Trabalho existente na empresa (Casa do Pessoal da INEL) para que a Comissão dos trabalhadores pudesse aí trabalhar. E os trabalhadores decidiram ainda marcar para daí a uma semana um novo Plenário, que deveria ser preparado por amplos debates a realizar durante as horas de serviço e nos locais de trabalho, debates esses em que todos os trabalhadores discutiriam o caderno reivindicativo e as possíveis respostas da administração.

Em documento assinado pelo director comercial, eng.º Botelho de Sousa, a resposta da Administração chegou aos trabalhadores no dia 4 de Junho. No fundo, além de reconhecer a Comissão de Trabalhadores e de conceder um período de 26 dias úteis de férias por ano, remuneradas a 100 por cento, a Administração limitava-se a aceitar fazer uma revisão dos vencimentos «nas classes menos favorecidas» remetendo as restantes reivindicações para uma contratação colectiva a negociar futuramente.

## A COMISSÃO DE DEFESA E DIREITO DOS TRABALHADORES

No dia 8 de Junho os trabalhadores realizaram o terceiro Plenário. Aí os trabalhadores começaram por definir que a Comissão de Trabalhadores a

que nos temos vindo a referir passasse a funcionar com carácter permanente, e com o nome de C. D. D. T. como se pretendia no caderno reivindicativo, com as pessoas já suas constituintes e até ao fim do corrente ano, com as seguintes atribuições:

a — higiene e segurança no trabalho;

b — disciplina e relações no trabalho;

c — Fiscalização de todas as atitudes sociais, políticas e económicas, assumidas nas empresas e pelas empresas, que na corrente situação possam ser consideradas lesivas dos interesses dos trabalhadores e da nação;

d — assistência social;

e — reclassificação do pessoal;

f) Outras funções específicas que os trabalhadores vierem a julgar convenientes.

A Comissão de Defesa e Direito dos Trabalhadores foi pois formada como mandatária e executora das decisões das assembleias, tendo poderes para negociar, discutir e decidir sobre o caderno reivindicativo de acordo com as decisões dos Plenários.

Em relação à resposta da Administração ficou decidido na aquela reunião que se procedesse imediatamente a aumentos gerais nas empresas a todos os trabalhadores com vencimentos inferiores a 7500\$00 e com efeitos retroactivos desde 1-5-74 cabendo à C. D. D. T., após consulta aos trabalhadores interessados, elaborar e negociar uma tabela de vencimentos com a Administração, bem como todo o restante caderno de reivindicações.

Outras medidas práticas foram: a iniciativa de trabalhar (tal como reivindicado) 40 horas por semana e de não fazer horas extraordinárias, até resposta concreta da Administração.

Nesta mesma reunião foram apresentadas propostas de saneamento de dois colegas (Martinho e Francisco Conduto) «dado que abusivamente no exercício das suas funções têm lesado gravemente os legítimos direitos e interesses dos trabalhadores, mesmo após o 25 de Abril.»

As conclusões desta reunião foram imediatamente entregues à Administração que nessa altura marcou, de acordo com a C. D. D. T., para 24/6 a 1.ª reunião de negociações.

## OS TRABALHADORES REPUDIAM AS MANOBRAS DA ADMINISTRAÇÃO

Nesta reunião, a administração passou as primeiras três horas a expor um método de negociações perfeitamente paternalistas sem o qual não aceitaria negociar, e que a C. D. D. T. se propôs analisar.

Ao ter sido levantada pela C. D. D. T. a questão concreta

de como abordar cada ponto do caderno reivindicativo para efeitos de negociação, a Administração informou não negociar esses pontos, mantendo-se na posição atrás referida — futuro contrato colectivo de trabalho.

Face a esta situação os trabalhadores não se deixaram embalar pelas manobras da administração. A Comissão decidiu imediatamente a convocação de um novo Plenário para o dia 29 de Junho, convocação essa feita através de um comunicado em que se afirmava que a C. D. D. T., considerava que os trabalhadores estavam a ser enganados pela Administração, e interpretando os sucessivos adiamentos, ou como manobra para fazer com que os trabalhadores se fossem acomodando e dividindo, perdendo as perspectivas dos seus problemas, ou como uma manobra de provocação que pretendesse levá-los a tomarem medidas precipitadas que serviriam não só as empresas mas também as manobras das classes reaccionárias, inimigas das classes trabalhadores, constatava que quaisquer melhoramentos das condições salariais dos trabalhadores correspondem a menores lucros nas empresas o que, pela lógica capitalista, lhes não interessa.

A administração, que recusa o diálogo, foi contactada para estar presente neste Plenário. De facto ninguém da sua parte se apresentou, mas no início do Plenário recebeu a Comissão um comunicado da Administração dizendo que estava pronta a negociar. Assim, mais uma vez, a firme decisão de todos os trabalhadores repudiando claramente os compromissos e as manobras do patronato o obrigava a recuar.

O Plenário do dia 29 (o quarto) marcou um passo decisivo no decorrer da luta dos trabalhadores da EFACEC-INEL — LISBOA. Como os trabalhadores se sentissem totalmente enganados pelas entidades patronais, como se depreendessem cada vez mais claramente das conversas havidas entre a Administração e a Comissão dos Trabalhadores que era propósito da Administração enganar todos os trabalhadores arrastando a negociação, que já durava há mais de um mês, embora não fosse sua intenção entrarem em greve, os trabalhadores não podiam deixar de tomar uma decisão mais violenta, para obrigar a administração a negociar o caderno reivindicativo. Assim, decidiram fazer uma concentração de todos os trabalhadores na sede das empresas, às 8 horas do dia 1/7, sem que ninguém iniciasse o trabalho antes do início das negociações do caderno reivindicativo, negociações essas que deveriam ser feitas com administradores com poderes de negociação total.

Decidiram ainda os trabalhadores que no decorrer das negociações e até a conclusão favorável destas, fossem mantidos piquetes de ocupação na sede e em todas as instalações da empresa em Lisboa, sendo estes piquetes constituídos por cerca de 90 (noventa) trabalhadores.

## PIQUETES DE OCUPAÇÃO

Formando piquetes de ocupação das instalações que deveriam manter-se até à conclusão favorável das negociações, os trabalhadores não só exerciam uma nova pressão sobre a administração no sentido de a obrigar a aceitar as suas justas reivindicações, como também neutralizavam de antemão a possibilidade de «lock-out», a que o patronato poderia eventualmente pretender lançar mão.

E a utilização de mais esta forma de luta soldou-se imediatamente por resultados positivos para a causa dos trabalhadores. Às doze horas do dia 1 de Julho (data do início da ocupação) a Administração iniciou as novas negociações nas condições exigidas pelos trabalhadores. Em consequência estes regressaram aos seus locais de trabalho retomando as suas tarefas exceptuados evidentemente os 90 trabalhadores dos piquetes que, como previsto, se mantinham até à conclusão favorável das negociações. Os trabalhadores da EFACEC-INEL-LISBOA não se encontravam portanto em greve neste momento: simplesmente, mantendo piquetes de ocupação nas instalações da empresa, demonstravam a sua determinação na luta até à resolução do conflito, utilizando as formas de acção que lhes pareciam mais correctas em cada momento.

## AS NOVAS NEGOCIAÇÕES

A primeira verdadeira reunião de negociações teve lugar no dia 1 de Julho. A Administração após ter lido um comunicado à C. D. D. T. no qual justificava «ter decidido reiniciar as negociações imediatamente para evitar tomar sobre si a responsabilidade de uma paragem de actividade altamente prejudicial ao país e à consolidação da democracia» apresentou uma contra-proposta que assentava basicamente no contrato colectivo de trabalho dos Fabricantes de Material Eléctrico a aplicar a todos os trabalhadores e num subsídio de alimentação para o pessoal fixo, de 20\$00 por dia.

As negociações prosseguem depois no dia 4, e nesta segunda fase verificam-se novas manobras da Administração no sentido de ganhar tempo, nomeadamente com os problemas de saneamento, mantendo-se numa atitude de intransigência em relação às suspensões entretanto decretadas pelos trabalhadores.

A evolução das negociações, mercê de todas as manobras a que a administração vai lançando mão, começou naturalmente a gerar entre os trabalhadores presentes em Lisboa um clima de descontentamento.

É face a estas manobras de retardamento e às dificuldades impostas ao bom andamento das negociações, nas quais havia sido apresentada à Administração uma proposta limite, que os trabalhadores que se encontravam em Lisboa impacientes pela longa espera, foram espontaneamente abandonando os locais de trabalho e concentrando-se a partir das 9.30, do dia 5-6, em frente da sede das empresas exi-

# LUTA DOS TRABALHADORES

## OS TRABALHADORES DA COMPANHIA

### DE SEGUROS "A MUNDIAL" ESTIVERAM EM GREVE

"A MUNIAL", companhia de seguros em todos os ramos, não é um monopólio em si mas é uma das ramificações do grupo Cham-palimaud. Este grupo controla ainda outras companhias de seguros como: a Confiança a Continental de Seguros. Isto em Portugal para não faltar nas colónias. "A MUNDIAL" tem um total de 800 trabalhadores, distribuídos por: Lisboa (400 a 500); Porto (150 a 200) e, o resto na província. Possui um capital social de cerca de 30 mil contos e em 1973 apresentou lucros líquidos de 8 mil contos.

#### A LUTA EM LISBOA

Os trabalhadores de "A MUNIAL" de Lisboa apresentaram um caderno reivindicativo à Administração e por não ter sido satisfeito no prazo estabelecido, entraram em greve no dia 24 de Junho.

Encontramo-nos com três trabalhadores desta empresa que nos falaram das suas justas aspirações, da greve, da luta de classes no nossos país.

**Revolução — Para começar gostaria que explicassem quando, porquê e como se desenvolveu a vossa luta?**

— Indo às origens mais remotas os problemas vêm muito de trás. Há muito tempo que as pessoas sentiam um mal estar pela política de injustiça existente na empresa, mas sentiam-na de uma forma muito emotiva e primária. No entanto estavam criadas as condições para se enfrentar essa política, para se levar para a frente uma luta deste tipo.

Depois do 25 de Abril a coisa activou-se bastante, os trabalhadores reuniram-se, elaboraram um caderno reivindicativo onde se apontavam as questões que havia mais necessidade de resolver e, entrou-se em contacto com a Administração.

Logo de início, nós destituímos completamente uma comissão "fantasma" que tinha sido eleita por processos antidemocráticos. Só para dar uma ideia como se tinha processado essa eleição basta referir o seguinte: o controle da votação tinha sido feito pela secção de pessoal, os votos ficaram guardados na gaveta do chefe de pessoal, etc.. Os trabalhadores demitem essa comissão e decidem que só a Assembleia de trabalhadores é que tem poder de decisão. A partir daí formou-se uma mesa "ad hoc" que tinha por missão, apenas, coordenar os trabalhos e era mera porta-voz junto da Administração do que na Assembleia fosse decidido. Mais tarde constituiu-se uma comissão que tinha os mesmos objectivos.

Entretanto começam as negociações com a Administração e, a certo momento, os trabalhadores depararam com uma

recusa frontal por parte da Administração em aceitar dois pontos do caderno reivindicativo:

1- Em Abril houve distribuição de gratificações que chegaram a atingir os 80 contos, a grande massa dos trabalhadores no entanto ficava alheia a tudo isso. Portanto havia necessariamente que corrigir a política de pessoal, isto é, procurar uma gerência dos próprios trabalhadores na política do pessoal. Os trabalhadores consideraram que tinham uma palavra a dizer na política que lhes dizia directamente respeito e, se possível até terem acesso à informação da política económica e financeira seguida pela empresa — o que nada tem que ver com cogestão ou auto-gestão — até porque isso tem ligação com a política do pessoal.

2- A exigência de um subsídio para os militares, a Administração respondeu com a concessão de um subsídio, de uma forma paternalista, isto é, era concedido aos indivíduos com encargos familiares, mas que entretanto estavam sujeitos a uma espécie de inquérito a fazer pela própria Comissão. Inquérito à sua situação familiar e o próprio valor do subsídio era casuístico, pois variava entre zero e 100% de complemento.

Perante a intransigência da Administração em sair destes pontos, os trabalhadores decidiram ir para a greve, não só pelos pontos, mas também como afirmação do próprio poder dos trabalhadores pois, estavam perante uma situação de intransigência em que autoritariamente a Administração dizia "isto é assim e acabou".

A comissão não apontou directamente para a greve, mas perante a recusa da Administração, os trabalhadores tinham que tomar uma posição e quase unanimemente, somente com uns 5% de votos contra, os trabalhadores decretaram a greve. Os trabalhadores decidiram entre si, sem qualquer indicação, organizarem-se nos respectivos locais de trabalho e ocuparam as instalações. Tínhamos dado um prazo limite à Administração para responder àqueles pontos.

Assim, entrou-se em greve na segunda-feira, dia 24, apesar de um comunicado saído da Administração onde se dava a justificação da recusa em termos que consolidaram ainda mais a unidade dos trabalhadores. Houve apenas três furas, dois dos quais apenas durante um curto período e um que durou toda a segunda-feira, mas que acabou por aderir no dia seguinte.

Durante a greve a comissão procurou que nos próprios locais de trabalho se desenvolvessem discussões quer ao nível do que se estava directamente a passar, quer ao nível de um contexto geral. Entretanto, prosseguiram as discussões com a Administração e

sexta-feira perante a "boa vontade" mostrada pela Administração em negociar — que tem alguma coisa a ver com a unidade e a força demonstrada pelos próprios trabalhadores — suspendeu-se a greve até quarta-feira, dia 4, data limite dada para as negociações. Entretanto, hoje, as coisas estão praticamente resolvidas.

**Revolução — Outros pontos do vosso caderno reivindicativo?**

3- O despedimento sem justa causa: ficou suspensa qualquer decisão acerca deste ponto até sair a legislação que especifique o conceito de "justa causa". Entretanto a Administração comprometeu-se a não despedir ninguém até à resolução do assunto.

4- A exigência de 22 dias de férias para todos os trabalhadores foi conseguida.

5- Subsídio de Natal: foi decidida a concessão deste subsídio a todos os trabalhadores mesmo que estivessem doentes. Havia casos em que por os trabalhadores estarem doentes um determinado tempo não tinham direito a esse subsídio.

6- Havia um outro ponto relativo a salários que foi deixado em suspenso até posterior estudo.

**Revolução — A vossa luta passa-se só a nível de Lisboa ou é a nível nacional?**

Passa-se sempre a nível de Lisboa. O Porto está muito mais atrasado neste processo, pois eles defrontam-se com oposições — não sei se é adoptar o termo? — Por parte do revisionismo e até por parte da reacção, e eles, até este momento não conseguiram ultrapassar todas estas barreiras. No entanto, solidarizavam-se com a nossa luta embora não tenham ido para a greve. Quanto à província está desligada deste processo por falta de informação.

**Revolução — Como é que se manifestou a solidariedade dos trabalhadores do Porto com os de Lisboa?**

É uma mera declaração de princípios. Eles dizem que se solidarizam embora não adiram à greve. A Comissão dos Trabalhadores do Porto tem vindo a Lisboa e tem mostrado a maior boa vontade para connosco, tem-nos apoiado.

**Revolução — Mas há uma identidade de princípios entre os trabalhadores de Lisboa e do Porto?**

Não propriamente. — Os pontos em que divergimos são essencialmente as formas de luta. Os trabalhadores do Porto estão amarrados às teses revisionistas que os amarraram ao dito "caos económico" e outras propagandas quejandas. No entanto e pelos factos e pelos contactos que tiveram aqui com a sede, têm visto que se debatem com contradições e a teoria que bebem não corresponde de facto à realidade, não corres-

ponde à forma de luta que é preciso adoptar.

**Revolução — O sindicato dos trabalhadores dos Seguros é controlado por reformistas. Queriam saber que manobras utilizam para entravar a vossa luta?**

A princípio o Sindicato mandou uma circular cá para fora em que defendia as teses da camarilha revisionista e, portanto ia contra a greve. Posteriormente em fase do desenvolvimento da luta a Direcção do Sindicato falou connosco e disse que apoiava a greve porque se tratava de uma greve por questões de empresa. É o oportunismo mais descarado que a gente conhece. Para se compreender melhor o processo é necessário explicar: a princípio isto arrastou-me porque tivemos de nos defrontar com uma posição que procurava amarrar os trabalhadores ao sindicato. Todas as reivindicações tinham de passar pelo sindicato e os trabalhadores tinham que se manter sossegadinhos porque o sindicato é que tratava das coisas. Os trabalhadores conseguiram ultrapassar isto e decidiram que tinham alguma coisa a ver com a sua própria vida e portanto seriam eles próprios a resolver o que lhes dizia respeito. Compreenderam que o papel do sindicato era apenas de discussão com o capital e não procurava promover a luta. Compreenderam que a luta nada tinha a ver com este sindicato. A luta tinha de ser organizada fora do sindicato contra o capital para evitar uma maior exploração e uma maior concentração de lucros.

Também foi explicitado que a tese do sindicato era que não devíamos exigir aumentos nesta altura. Efectivamente o sindicato dos seguros cá em Lisboa tem sido constantemente ultrapassado pois, há uma série enorme de empresas onde os trabalhadores têm mesmo lutado e passado a formas práticas de luta que têm ultrapassado sempre o sindicato. Podemos dar como exemplo, a Fidelidade, Tranquilidade, Bonança, Garantia, Funchalense, União, etc..

**Revolução — Além das manobras do sindicato, houve também colegas vossos ligados às teses reformistas que também tenham manobrado?**

Manobraram no início da luta, e nós até demos um passo atrás mas isso foi muito importante porque durante o decorrer do processo ficaram completamente isolados e a partir daí não mais tiveram coragem de abrir o bico ou, pelo contrário, alguns dos que inconscientemente estavam do lado do revisionismo deram grandes passos e eu tenho o prazer de verificar isso. Até indivíduos de certa idade recusaram as teses dos revisionistas. A nossa luta, embora inicialmente se situasse no campo económico, deu saltos enormes no aspecto político. Recusaram-se as teses do governo Provisório e desmistificou-se o carácter de classe desse mesmo governo, da

Junta Militar e do golpe 25 de Abril.

**Revolução — Não estando vocês directamente implicados no processo produtivo, como pensam que a vossa luta anticapitalista se vai processar dentro da empresa?**

A classe dos trabalhadores de seguros é uma classe que não produzindo tem uma situação específica. No entanto a luta deve ser enquadrada na luta da classe operária e ser conduzida sob a direcção da sua vanguarda.

**Revolução — Qual é a vossa opinião ao tão apregoado "caos económico"?**

Durante as amplas discussões que aqui se têm verificado, os trabalhadores já viram que o Governo Provisório e o golpe militar, é um golpe de classe que pretende salvar as estruturas do capitalismo.

O "caos económico" existe unicamente para a burguesia que vê fugir-lhe o controle dos meios de produção que os trabalhadores começam a querer controlar.

#### A LUTA NO PORTO

Aproveitando a estadia em Lisboa de um trabalhador do Porto, também de "A MUNDIAL", procuramos saber qual o desenvolvimento da luta no Porto, e das razões do seu estado recuado em relação a Lisboa.

Disse-nos: — O processo no Porto está muito mais atrasado do que aqui em Lisboa. Para mim há que não haver sonhos, utopias sobre a situação. A agudização da luta é inerente à própria prática dessa luta. Julgo que em determinados momentos se criaram situações de antagonismo entre os trabalhadores no norte e no Sul, mas julgo que potencialmente não há realmente esse antagonismo pois que os trabalhadores sentem a situação que se passa em Lisboa. Simplesmente reina muito reformismo que tem provocado recuos que me parecem muito significativos na própria posição dos trabalhadores em relação à luta do sul.

Nós começamos também com uma comissão "ad hoc" que hoje já evoluiu para uma comissão eleita por um voto unânime dos trabalhadores. De início porque Lisboa tenha tido mais uma atitude de vanguarda, houve um certo desfasamento em relação ao caderno reivindicativo de Lisboa, mas, pouco a pouco, tem-se dado uma aproximação a esse caderno. Os trabalhadores do norte, incluindo os da província a que eu pertença, logo de início deviam ter feito um inquérito real, quer a nível individual quer a nível sectorial, para se poder averiguar bem das reais reivindicações dos trabalhadores e possivelmente passar a uma luta mais organizada. No entanto penso que neste momento é precoso avançar as formas que a nossa luta poderá assumir. Para mim é na prática que as pessoas têm de ver o que é o reformismo.

Houve congelamento acima de 7500\$00 para os C.T.T. e não houve para os funcionários públicos?

## A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

# TRABALHADORES EM LUTA

## ENTREVISTA COM PESCADORES DE SESIMBRA

**Rev. — Como é que tem sido as greves em Sesimbra?**

Res. — Antes de haver esta greve, houve uma outra greve que nessa altura quem levou a porrada toda fui eu —, essa greve ficou conhecida pela greve do gasóleo. A gente pagava o gasóleo a 24 tostões ao litro e eles depois obrigaram a gente a pagar 37,5 tostões, fizemos essa greve para ver se o gasóleo quanto mais não fosse passasse para o mesmo preço que agente estava a pagar, depois disseram que baixavam para 24,5 tostões e nós voltamos a sair para o mar.

Esta greve foi em Março deste ano. A greve foi geral — foi traineiras, foi tudo. Nós voltamos para o mar, simplesmente continuamos a pagar o mesmo — 37,5 e eles desse dinheiro descontavam 1 tostão de cada que era para o grémio. E só quando muito bem eles entendessem é que nos davam esse dinheiro descontado, mas até hoje nunca recebemos, (foram-nos mostradas facturas comprovativas disto).

**Rev. — Entretanto melhoraram ou não as condições de venda do peixe?**

Res. — Não. A gente não vende o peixe. A gente mete o peixe no mercado da lota — o peixe é pesado e depois é o justo valor que o comprador quer dar, o preço não depende de nós — é o comprador que faz tanto o preço de compra como o de venda. Está tudo nas mãos deles, dos gajos que têm dinheiro para comprar.

**Rev. — Mas a Casa dos Pescadores não faz nada por vocês, não se deram mudanças depois do 25 de Abril?**

Res. — Quanto à Casa dos Pescadores eu achava que era de acabar com aquilo e não sou só eu a pensar assim. Devia haver um sindicato forte e em condições para que a gente pagasse esse dinheiro (os descontos) e de hoje amanhã se a gente precesasse daquilo chegar lá e dizer o que precisava e eles darem o suficiente para a gente viver. Eu trabalho desde os 9 anos como todos os filhos de pescadores começamos nesta vida muito cedo e, muitos de nós nunca fomos à escola. A escola dos filhos dos pescadores é a praia. É ir para a praia trabalhar como eu cheguei a ir. Olhe vejam lá eu trabalho à 30 ou à 35 anos ou mais, então não era para ter já uma reforma?! Um dia que deixe de trabalhar tenho de ir pedir esmola.

Aquilo, na Casa dos Pescadores estão lá os mesmos. Os figurões que lá, fizeram o povo reclamar para os tirar de lá e no mesmo dia à noite fizeram uma reclamação para ficarem lá os mesmos. Quer dizer o povo ficou à nora. Nem sequer mudaram o nome, foi só taparem os olhos ao povo.

É tudo uma camada de piratas que estão aí. A gente queria meter lá

os filhos dos pescadores mas eles não deixam, veio o Senhor prior, veio Sr. fulano de tal da traineira tal, veio o Sr. fulano dono de outra traineira e fica tudo na mesma.

É como esse figurãozinho sócio de uma traineira que diz que tem mais força ele e o Sr. prior juntos que o povo todo, vejam lá a qualidade dele. Primeiro vai buscar o povo e depois vira-se contra o povo, ele só embebedou o povo. Pois aquilo ficou com os mesmos. A Comissão que lá ficou é composta de 6 elementos, dos quais 4 são donos de traineiras.

O benefício que a gente tem da Casa dos Pescadores é pagar para lá. Eles dão 20\$00 para agente ir a Lisboa ao médico e acho que o que estava estipulado eram 35\$00. Deveriam pelo menos pagar as viagens no caso de termos de ir ao médico. Eles dão 20\$00, e se a pessoa não tiver o resto fica sem se tratar? Nós pagamos para lá 12\$50 por mês e eles dão-nos metade dos remédios que a gente precisar, dão-nos metade das radiografias — é quase toda a metade. E vamos lá que eu precise da outra metade e que não a tenha, onde é que a vou buscar? Se eu não tiver o resto ou entró numa farmácia e roubo ou vejo-me obrigado a pedir fiado, quando fiam.

E para além de tudo isto, ainda temos de pagar para o cabo do mar, mas porquê? Porque o cabo do mar está a receber dinheiro do estado. Nós não tínhamos nada de estar a descontar esse dinheiro, porque esse dinheiro segundo dizem, eu não tenho a certeza, é metido na Capitania e depois eles repartem por eles, dizem, eu não sei, já se falou cá mas se é verdade ou mentira eu não sei, que nós estamos a descontar para a deslocação do cabo do mar, isso é verdade.

E depois ainda nos contou uma história acerca da "acção benéfica" da Casa dos Pescadores em relação a ele — "O meu pai que está na terra da verdade, foi 24 anos Cabo Chefe, dava instruções no Castelo de Sesimbra a 500 homens e aqui na Fortaleza de Sesimbra a 800 homens. Eram 1300 homens e ele todo inchado, então eu dizia-lhe, você está a ralar-se para quando você morrer querer um caixão e não ter. Mesmo em cheio.

Morreu com 74 anos. Então ele com 74 anos de vida a trabalhar dos quais 24 cabo chefe, que precisão tinha ele de morrer na miséria? E eu de ter de andar a pedir esmola para lhe fazer um caixão. A história é assim. A minha mãe morreu numa sexta-feira e enterrou-se no sábado; o meu pai no sábado foi pagar uma cota que devia na Casa dos Pescadores e foi lá, mas como já passava do meio-dia e era semana inglesa eles disseram para ele ir embora descansadinho e que fosse lá na segunda pagar. Aconteceu que no domingo o velho morreu e nós como tínhamos apanhado a

porrada da minha mãe tivemos de deitar mão à caridade. Nessa segunda mandei a minha mulher e a minha cunhada pedir aquilo que pertencia aos pescadores da Casa dos Pescadores: era 150\$00 aos sócios e era 100\$00 à senhora. Sabem o que eles disseram? — "Vão-se embora que o vosso sogro perdeu todos os lucros que tinha da Casa dos Pescadores, porque ficou a dever um mês, e por isso não tem nada.

Acham justo um homem com 24 anos de cabo chefe morrer nesta miséria e ainda por cima ouvir um enchovalho desse malandro que veio para cá de calças rotas e hoje tem uma fortuna roubada? Sabem o que ele disse para as mulheres e depois para mim? — "Vão-se mas é embora antes que eu chame a polícia e mande prender vocês duas."

Hoje esse malandro não está mas continua lá na mesma, não faz a escrita lá na casa dos pescadores por causa do povo, que o não quer lá, mas faz essa mesma escrita em casa com os mesmos malandros.

**Rev. — E quanto aos barcos grandes o que é que se passa?**

Res. — Bem eles apareceram aí a uns quatro anos. Os pescadores tiram mais lucros no barco grande, pois por exemplo quando falta o

peixe eles podem ir mais longe. Chegou aí agora um novo barco que acho que dá 200\$00 a cada pescador quando sai para o mar e ainda tem uma percentagem do pescado. Nos outros que já cá estavam eles só dão a parte do pescado e é tudo da força bruta num sentido e da exploração no outro, porque eles pagam tudo à conta das companhias enquanto no outro a companhia só paga a isca e o gasóleo. Só pode ter barcos grandes quem tiver dinheiro, há quem tenha dinheiro e que tem um barco no sentido da exploração e há quem não possa ter e que tem sempre um barquito para ir vivendo. Esses grandes têm no sentido da exploração.

Nesse barco novo que apareceu eles pagam os 200\$00 quer pesquem quer não e ainda têm uma parte do pescado. Nos outros só têm a parte do pescado e quando há avarias é tudo à conta dos pescadores e do patrão, portanto as avarias no barco também são pagas pelos pescadores ou seja o burro é que trabalha para a conta do patrão.

Nos barcos pequenos é tudo à conta do patrão, quando há avarias de resto quanto à isca e ao gasóleo é pago por todos. Nos barcos pequenos não há praticamente diferença entre o pescador e o patrão pois é este que paga todas as avarias do barco. Enquanto no barco grande o pescador leva uma parte do pescado o patrão leva 17. 17 limpas, pois todas as avarias são

pagas pela companhia e daqui amanhã se eu por exemplo deixar de trabalhar lá — o que é que eu trago? Nada. Assim, quando há avarias o pescador paga todo o material novo necessário, mas quando sai do barco não traz nada.

E se não podemos ir para o mar não temos nada, a nossa reforma é pedir esmola uns aos outros. Há aí uns homens que viveram toda a vida a trabalhar e que têm 200\$00 por mês; ora digam lá para que é que isso serve?

Os pescadores vivem mal, estão sujeitos a estar sempre individualizados, pagam a este e ficam a dever a outro — é sempre assim. Estão sempre empenhados e quando não estão é uma alegria.

Transcrevemos uma das facturas que mostra a exploração a que estão sujeitos os pescadores dos barcos pequenos.

Pescado — 3175\$00  
Caixa de previdência — 299\$00  
Vendagem (pertence à Casa dos Pescadores) — 95\$30  
Mútua (pertence à Casa dos Pescadores) — 45\$60

Aluguer das caixas do peixe (pertence à C. dos Pescadores) — a 1\$00 por cada caixa.

A Junta Autónoma — 7\$50

Cabo do Mar — meio por cento — Para além destes descontos ainda pagam a água e 3\$20 do selo que não existe no papel; este só é utilizado quando a venda é de 5000\$00 para cima.

No final temos um total de descontos de 546\$00, mas ainda

## E. BRUNER — PORTO A VIGILÂNCIA DE CLASSE

"Revolução" — No n.º 3 do nosso jornal vem publicado um artigo sobre a luta dos operários da Bruner. Porque a conversa foi um pouco rápida, viemos a saber que há algumas incorrecções factuais, que queremos corrigir agora. A 1.ª pergunta é pois: Que incorrecções encontra no artigo?

**Sindicalista** — Na minha opinião o facto de não se dizer no jornal que o acordo foi feito com a presença da comissão operária, não modifica as conclusões, porque a verdade é que, com ela ou sem ela, houve mesmo traição da parte dos delegados sindicais.

"Revolução" — Quer então contar-nos o processo?

**Sindicalista** — Nós, Comissão sindical operária, fomos chamados pelo Sindicato para ir ao I. N. T. ter uma entrevista com o Sr. Capitão do Instituto (delegado da J. S. N. no I. N. T.). Chegámos lá e já estavam os dois patrões e dois delegados do Sindicato (Guedes e Andrade). Mas as pessoas do Sindicato que nos foram sempre fiéis e nos deram pleno apoio, que são os adjuntos à direcção do Sindicato (a greve foi nossa, já se sabe, mas eles apoiavam-nos e até se prontificaram a arranjar dinheiro para os que de nós precisavam mais) esses não estavam lá.

Os dois delegados estavam à porta do Instituto (mais adiante estavam os patrões) e quando nós chegamos a 1.ª entrada deles foi

esta: "Vocês pensem, e coisa ... e coisa ... para levarmos lá para cima já um acordo. Porque vocês devem compreender que o Sindicato ainda não está devidamente organizado... e não há dinheiro..."

Ora nós estávamos precisamente naquele dia prontos para pedir um financiamento ao Sindicato e portanto aquilo foi um banho de água fria e ali mesmo tivemos de abrir uma ruptura:

— Propusemos então 42 horas e meia e aumento de 1000\$00 ou 40 horas e 700\$00. Mas só no caso de a gente se ver apertados lá em cima.

**NÃO. NADA DISSO SE DEU.** Os delegados do Sindicato foram para cima e não procuraram defender a nossa tese inicial (40 horas e 1000\$00). LOGO DE CHOFRE DERAM O NOSSO FRACASSO AOS PATRÕES. Eles ficaram encantados da vida: "Ah! Mas isso é uma novidade para nós. Vocês até agora ainda não cederam em nada." Quer dizer, para eles foi uma alegria, uma glória, pois eles até entravam com tudo, não tinham outro remédio.

"Revolução" — Vocês estavam em greve há 17 dias?

**Sindicalista** — Pois.

"Revolução" — Nessa reunião onde os delegados sindicais apresentaram aos patrões a vossa contra-proposta, sem sequer tentarem defender as vossas reivindicações iniciais...

**Sindicalista** — Exactamente. SEM TENTAR DEFENDER NADA.

"Revolução" — Eram só os 2 delegados que estavam presentes ou estava também a C. S. O.?

**Sindicalista** — Estávamos nós também. Estava a comissão toda. Mas fomos confiados — nós ainda somos uma cambada de parvinhos, ignorantes no assunto...

"Revolução" — Vai-se aprendendo ao longo da luta...

**Sindicalista** — Pois está claro. Amanhã não seremos levados por ninguém. Fomos todos culpados, mas foi a 1.ª greve que fizemos e eles apanharam-nos desprevenidos e entregaram-nos assim. E ainda o que nos valeu, foi um dos adjuntos à direcção do Sindicato, pois se não fosse ele, se fosse só pelos outros dois, éramos capazes de ainda ceder mais... e sermos nós a pagar os dias de greve e tudo.

"Revolução" — Esses dois delegados do Sindicato, que negociaram com a Administração, eram daqueles em quem vocês confiavam?

**Sindicalista** — Não. Pois foi aí que um tal Machado Alves, que pelos geitos é o mandatário lá do Sindicato, indicou esses 2 já feitos com ele, que depois se sentiram tão culpados, que quando a gente fez cá uma reunião na Bruner e cor-

(continua na pág. 7)

# É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

## EFACEC-INEL

(continuação da pág. 2)

13 — Que seja acrescentada ao caderno reivindicativo uma cláusula pela qual sejam proibidos, sem a sanção da C. D. D. T. os chamados «despedimentos sem justa causa».

14 — Que seja dado à Administração das empresas um voto de desconfiança.

### — PROPOSTA 2

1 — Considerando que o serviço de assistência técnica e avarias dos elevadores é um serviço de utilidade pública.

2 — Decidiu-se que seja constituído um piquete de urgência em cada dia a fim de serem prontamente garantidos todos os casos de interesse público.

### — PROPOSTA 3

Foi aprovado que todas as propostas aprovadas neste Plenário sejam enviadas ao Conselho de Administração, bem como um esclarecimento de todo o processo em que decorreram as negociações.

Deste modo os trabalhadores da EFACEC-INEL — Sector Sul têm conduzido a sua luta. Encontram-se em greve 1076 trabalhadores.

Desde o dia 8 de Julho, primeiro dia da greve, os trabalhadores organizaram-se em comissões que procuram dinamizar todo o processo de luta — Informação, Animação Cultural, etc.

Assim, começaram a publicação de um jornal diário, o «Jornal da Greve dos Trabalhadores da Efacec-Inel», Lisboa, donde transcrevemos um artigo. Também têm efectuado projec-

ções em todos os locais da empresa em Lisboa, seguidas de debate. O primeiro filme a ser projectado foi um filme feito nas regiões libertadas da República da Guiné — Bissau. Discussões sobre o filme ou sobre artigos publicados no jornal da greve permitem aos trabalhadores preencher o tempo em que permanecem nas instalações ocupadas, ao mesmo tempo que constituem uma forma de ultrapassagem da problemática reivindicativa que serve de base à greve, de análise das relações desta com o actual momento político português e com a luta dos povos das colónias, da perspectiva e compreensão da luta que levam a cabo, em termos políticos.

Pelo modo como têm conduzido a sua luta, pelas formas adequadas a cada momento que esta tem revestido, pela maneira como os trabalhadores da EFACEC-INEL LISBOA têm conseguido ultrapassar todos os obstáculos surgidos no decorrer da sua luta e para além dela têm sido capazes de tirar as conclusões que derivam da sua natureza de classe, esta luta merece o apoio incondicional de todos nós. Disso estão também conscientes os próprios trabalhadores, que no primeiro número do jornal da greve escrevem:

«A nossa greve é uma luta contra este estado de coisas que não queremos continuar. Mas, como é óbvio, não podemos avançar sozinhos, por isso nos solidarizamos com todos os camarads em greve».

No próximo número daremos mais informações sobre a justa luta dos operários da EFACEC-INEL Sector Sul.

## PESCADORES DE SESIMBRA

(continuação da pág. 5)

têm de pagar 150\$00 do óleo e gasóleo e 500\$00 da isca. Ficando com 2019\$00 para dividir entre ele e os camaradas.

### ENQUANTO A FORTUNA DO TENREIRO SE MANTÉM INTACTA A SITUAÇÃO DOS PESCADORES AGRAVA-SE.

Por fim para ilustrar melhor a exploração desenfreada a que desde sempre os pescadores estiveram sujeitos, foi-nos contado um dos casos flagrantes do Tenreiro.

«É como esta do comandante Tenreiro. — Eu fui ao bacalhau andei lá 8 anos, e antes de acabar a guerra a gente fez mais ou menos uma greve, ele dava 5000\$00 para comprar roupa mas eu tinha era que comprar comida senão morria de fome. Aquilo era pior do que um campo de concentração. Sabem o que ele fez? Fizemos uma greve que não foi bem uma greve mas foi quase a mesma coisa porque não podíamos trabalhar porque o «Gil Eanes» já não podia com mais pessoal a bordo e as partes do estrangeiro estavam cheias de doentes portugueses, uns doentes do fígado outros doentes do estômago, outros do coração e então ele agarrou e levou a Senhor de Fátima ao Canadá para tapar a boca aos ingleses para dizer que a gente não estava em greve. Deu-nos uma medalha do tamanho de uma unha, e quando cá chegamos des-

contou-nos 10500 por cada medalha a 4000 homens.

Quando as Nações Unidas deram 4 000 000\$00 esse malandro quando se apanhou cá com o dinheiro comprou 3 barcos e eu como outros ainda estou à espera desse dinheiro porque andei metido na guerra.

## SANEAMENTO E O CASO DE VEIGA SIMÃO

(continuação da pág. 1)

cistas? É encarcerando os revolucionários — tal como já está a acontecer — e mantendo «especialistas e quadros preparados, independentemente da sua ideologia» nos cargos de chefia.

LÊ, ASSINA  
E DIVULGA  
REVOLUÇÃO



## ASPECTOS DAS MANIFESTAÇÕES ANTICOLONIALISTAS EM ROTERDÃO

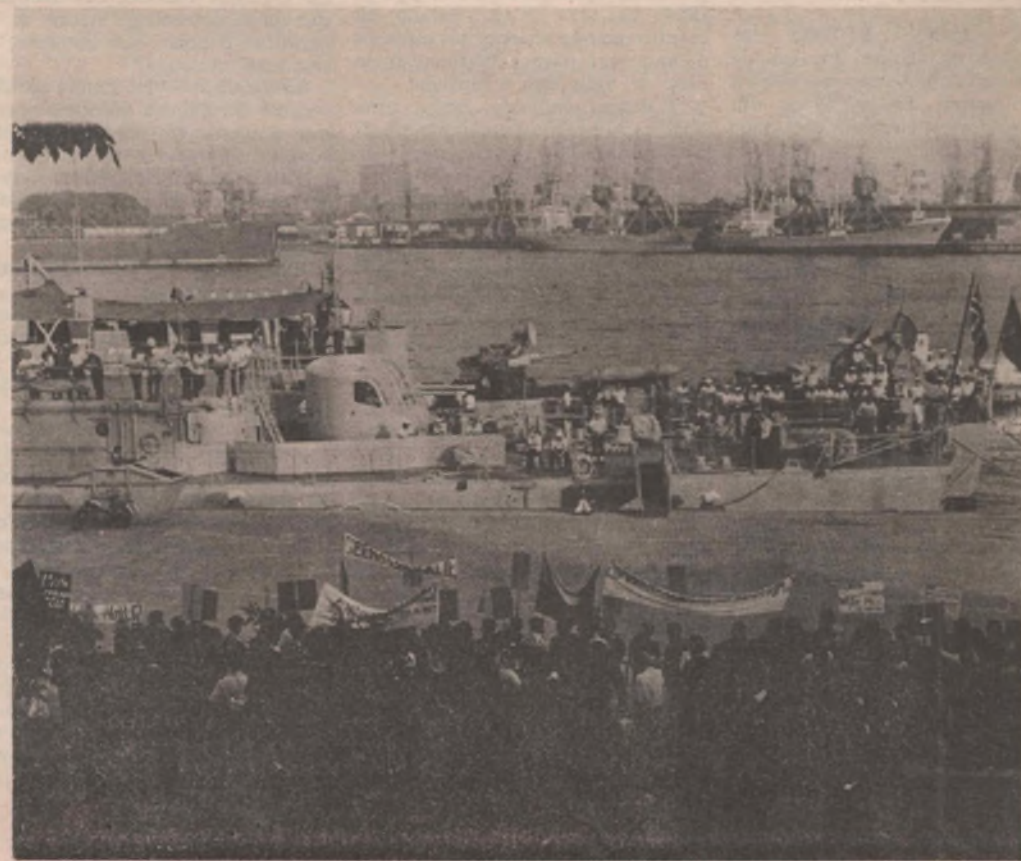


Como noticiámos no n.º 5 do «REVOLUÇÃO», realizaram-se duas manifestações em Roterdão (Holanda), respectivamente, nos dias 21 e 22 de Junho. A primeira foi contra a política colonial do regime português e pela Independência de Angola e Moçambique e reconhecimento da República da Guiné-Bissau e Cabo-Verde — que já foi reconhecida por cerca de 90 países de todos os continentes e por diversos organismos internacionais; aproveitando a presença de uma frota da NATO no porto de Roterdão, realizou-se no dia 22 uma manifestação contra esse aparelho militar de agressão imperialista que foi (e continua a ser) um dos principais sustentáculos à política colonialista portuguesa.

Assim, apresentamos aspectos das duas manifestações:

1 — Na foto de cima vêem-se cabo-verdianos emigrados na Holanda que ostentam cartazes hostis à criminosa política colonialista portuguesa e exigindo o imediato reconhecimento do seu país.

2 — Na foto de baixo pode-se ver a fragata portuguesa Almirante Pereira da Silva integrada nas manobras da NATO (que o ministro social-democrata, Mário Soares tanto elogia). Pode-se ler num dos cartazes: «Geen Federatie» (Não à Federação).



# COMISSÕES DE TRABALHADORES OU DELEGADOS SINDICAIS?

Na actual organização dos trabalhadores chocam-se na maior parte dos casos dois tipos de estrutura — por um lado as comissões de trabalhadores, eleitas em assembleias, por outro lado os delegados sindicais, nomeados pela Direcção do Sindicato, em grande número de empresas.

Este é um assunto muito sério para os trabalhadores, pois trata-se da defesa dos seus interesses que está em jogo. Existe por um lado uma estrutura democrática, eleita directamente pelos trabalhadores da empresa, que a todo o momento pode responder perante a assembleia e existem os delegados ligados a uma organização exterior, o sindicato.

Os sindicatos actuais foram criados pelo fascismo, com regulamentações e leis que garantiam que as direcções passassem por cima dos trabalhadores e que, em nome deles pactuassem com os patrões. Por isso, durante muitos anos, os trabalhadores olharam os sindicatos como representantes dos patrões.

Com a substituição de Salazar por Caetano e com o novo tipo de economia "desenvolvimentalista", o Governo passou a dar muita atenção aos sindicatos, desejando-os "fortes".

Com isso pretendia ter interlocutores ordeiros para as crescentes reivindicações dos trabalhadores. Por outro lado, com o surto de movimentações políticas após 1969 e com a crise do fascismo, os sindicatos constituíram uma canalização "menos má" do sentimento geral de insatisfação.

Mas, como sempre que a burguesia concede uma liberdade em seu proveito, e embora consiga resultados, isso torna-se também contraditório e portanto veículo de embaraço para o poder.

Os trabalhadores, que durante muitos anos viraram costas aos sindicatos, optaram por uma tática de aproveitamento daquelas instituições, tirando delas o que melhor lhes servisse. Neste sentido passaram a candidatar-se às direcções listas anti-fascistas, que ganharam em muitos sindicatos. No entanto, o fascismo vigiava e todas as vezes que foram excedidas as marcas — bancários de Lisboa, metalúrgicos de Lisboa e médicos de Lisboa — as direcções foram demitidas e passaram a funcionar Comissões Administrativas.

Durante estes anos funcionaram

reuniões intersindicais, com enviados de cada direcção sindical, que a certa altura foram proibidas.

Após o 25 de Abril as direcções sindicais antifascistas mantiveram-se e as intersindicais voltaram à luz do dia.

É a altura de pensar que a estrutura sindical criada pelo fascismo não nos serve. Não basta substituir um "verdade" por outra. É necessário que os sindicatos traduzam a vontade dos trabalhadores.

Isto torna-se evidente em relação aos delegados sindicais nas empresas. Nestas, após o 25 de Abril formaram-se por todo o lado Comissões de Trabalhadores. Estas comissões, constituídas por gente conhecida pelo pessoal, respondem perante a assembleia. Alguns casos houve em que tiveram que ser demitidas ao fim de pouco tempo; ou porque se considerou que a eleição foi precipitada e mal feita; ou porque alguns elementos deram más provas; ou porque a comissão nas conversações com o patronato, fraquejou, cedeu, enfim não representou os interesses do pessoal.

Mas este tem o poder de admitir, no todo ou em parte. O que sucederia se fossem o delegado ou os delegados sindicais? Sem poder sobre eles, o pessoal da empresa tê-lo-ia todo o tempo que durasse o mandato do sindicato, se este o entendesse.

E não é só isso. Segundo as regulamentações de delegados estes podem ser eleitos pelos trabalhadores ou designados pela direcção do sindicato. O que quer dizer que os trabalhadores poderão ter como delegado alguém escolhido fora da empresa e digno ou não da sua confiança. O delegado é nomeado pela Direcção do sindicato sempre que esta achar necessário. Por outro lado o delegado fica encarregado de "colaborar estreitamente com a Direcção, assegurando a execução das suas resoluções" e "exercer as demais atribuições que lhe sejam expressamente cometidas pela Direcção do sindicato" (tirado do documento "Delegados Sindicais" do Sindicato dos Empregados de escritório de Lisboa), o que o caracteriza muito claramente como mandatado pela Direcção sindical e não pela assembleia de trabalhadores. Ele é o delegado da direcção.

Mas qualquer tentativa de

representação efectiva dos trabalhadores da sua empresa neste ou naquele assunto ficaria entretanto sem efeito, visto que o seu voto, nas reuniões de direcção do sindicato, é apenas consultivo.

Temos assim que uma Direcção sindical é eleita apenas por uma parte dos trabalhadores, aqueles que vão votar, e apenas pelos que votam a favor. E passa daí em diante a decidir em quase plenitude em nome dos trabalhadores de todas as empresas. Isto não está certo.

## COMISSÕES DE TRABALHADORES

Ao passo que as Comissões de Trabalhadores decidem aquilo que as assembleias votam e a todo o momento podem ser demitidas se traírem os interesses que têm que defender.

O largo movimento que de norte a sul do país deu origem às comissões eleitas, mostrou por um lado que os trabalhadores se sabem organizar rapidamente quando necessitam, e por outro que não estiveram à espera dos sindicatos, nem descansaram neles.

É por isso que actualmente devem defender-se as comissões eleitas ou outras a eleger, como verdadeiras representantes dos trabalhadores das empresas.

Alguns casos houve em que os sindicatos fizeram tentativas de sobrepôr os delegados às comissões eleitas. Além disso, foram dadas garantias aos primeiros, em relação à entidade patronal, e nem sequer se falou nas segundas. Enfim, os delegados são "oficializados" e as comissões são "toleradas", quando são.

Há no entanto casos excepcionais em que as comissões de trabalhadores se constituíram em sindicato (caso dos CTT — Comissão Pró-sindical) ou em que o sindicato aceitou e integrou totalmente as comissões, como no caso dos Ourives e Relogeiros (Timex), dos Químicos, dos Médicos.

É nesta linha de defesa intransigente dum trabalho de base que os trabalhadores se devem manter. Os sindicatos actuais, com a sua velha estrutura, com as intersindicais e o seu secretariado, identificam-se com o Ministério do Trabalho e com o Governo Provisório... Os trabalhadores necessitam de estruturas que se identifiquem com eles próprios.

ram lá os mesmos delegados, como é que as coisas podem mudar?

"Revolução" — Qual é a sua opinião sobre a greve?

Sindicalista — Eu acho que a greve é mesmo nesta altura que se deve fazer, porque se até o Partido Comunista agora já diz que se não deve fazer, ora se ele amanhã ganhasse, muito menos autorizaria a fazê-la.

Acho que a greve é uma grande defesa dos trabalhadores, pois se os patrões, Deus me livre, nunca deram um tostão fora dos contratos, e davam ordenados miseráveis...

Nós aqui, obrigamo-los a dar 40 horas e 700\$00 — 700\$00 para eles é uma fortuna...

"Revolução" — De qualquer maneira, a greve é uma posição de força portanto isso quer dizer que está de acordo em que só pela força...

Sindicalista — Pois é. OS PATRÕES SÓ PELA FORÇA.

## CATALUNHA

(continuação da pág. 8)

Mas estava organizado no "Estat Catalá", que era uma frente de várias tendências.

— Como foi proclamada a República?

— Em 1931, Macia ganhou as eleições com uma enorme maioria. Em 14 de Abril de 1931, depois das eleições e apesar de as ter ganhado Macia entrou no Palácio da Deputação, proclamou a República e disse que estava disposto a ir em ajuda dos outros povos ibéricos. Do Palácio telefonou para o exército (espanhol), que saiu para a rua a proclamar a República.

— Qual era então a diferença entre a sociedade catalã e a castelhana, quando a República foi proclamada?

— Castela mantinha uma estrutura feudal, com domínio da aristocracia e a Catalunha era uma sociedade burguesa com um proletariado industrial importante. Em Castela ainda hoje os grandes senhores latifundiários são aristocratas.

— Mas a República Espanhola não alterou essa estrutura social?

— Não. Em Castela não houve reformas. Só as houve na Catalunha, onde o desenvolvimento o permitia. Em Castela as esquerdas ganharam as eleições para a Assembleia Constituinte. Mas esta Assembleia, que só se destinava à Constituição, dissolveu-se em seguida e nas eleições legislativas as direitas ganharam. Por isso em

drabice. Sob o ponto de vista táctico convém que a luta pelo socialismo e pela independência estejam juntas. Não há movimentos sociais puros.

— Quais as alianças de classe que preconiza para a luta pela independência?

— A do proletariado com a da pequena burguesia. A média e a grande burguesia dizem também lutar pela independência nacional mas não acredito que o possam fazer com todas as suas consequências.

— Mas a quem deve pertencer a direcção da luta para que o objectivo da independência nacional se confunda com o objectivo do socialismo?

— Ao proletariado em aliança com os intelectuais, os artesãos e aqueles que trabalham por conta própria sem empregados.

— Mas o proletariado arrisca-se a ser arrastado pela pequena burguesia defendendo esta os seus interesses. A pequena burguesia tem a ambição da propriedade privada e sonha com a promoção social.

— O proletariado também... E a pequena burguesia, pelo processo de concentração de capitais é arruinada e proletariza-se. É preciso explicar-lhe que tem toda a vantagem em se aliar ao proletariado.

Neste ponto a nossa entrevista transformou-se em discussão e confrontámos opiniões diferentes. Mas apesar das divergências que podemos ter com os nossos camara-



1934 o governo catalão se levantou contra o espanhol. E também em Barcelona que se apontam várias tendências socialistas no início e durante a guerra de Espanha.

— Você, que apesar de católico, se confessa marxista, qual o seu ponto de vista em relação à libertação da Catalunha?

— O facto nacional não se pode separar do social. A independência não tem sentido se não levar de uma maneira inseparável ao socialismo; esta é a melhor forma de libertar o homem e de desenvolver as suas potencialidades. Mas a transformação económica sem que os cidadãos sejam livres, não tem sentido. Outra forma o socialismo seria uma al-

das da Catalunha na sua luta pela independência nacional, pensamos que é revolucionária a solidariedade dos vários povos da Península e que é fecundo um debate sobre o significado das várias lutas de independência (Catalunha, Galiza, País Basco) e da sua conjugação com a luta pelo socialismo. A nova situação criada em Portugal tem como é óbvio, consequências para os outros povos da Península. E a evolução da luta destes povos tem também consequências para Portugal. Esta Península Ibérica pode de novo estar numa situação especial na Europa.

## E. BRUNER

(continuação da pág. 5)

remos com eles, pelo menos 1 já saiu daqui demitido. Ele mesmo se considerou incompetente e até agradeceu a batida que nós lhe demos aqui.

"Revolução" — Algum deles era operário da Brunner?

Sindicalista — Não. E depois passado um tempo nós exigimos a nomeação de 2 homens dos nossos — eleitos por nós aqui — para delegados do Sindicato a substituir esses — o outro também acabou por se demitir — e o Machado Alves esteve de acordo. Acontece que agora, a semana passada, levaram pessoal da Lacose e da Sacor e foram correr com os 2 delegados nossos e exigir a readmissão dos outros, quer dizer, os outros que foram os próprios a considerarem-se culpados e a demitirem-se e a autorizarem a inclusão dos nossos representantes, foram com a pala-

vra atrás e botaram os nossos fora. "Revolução" — Esse pessoal da Lacose e da Sacor que lá foi exigir isso — e conseguiu — era representativo dos operários dessas 2 empresas? Eram muitos?

Sindicalista — Eram aí uns 50. Acho que era tudo chefes. Todos eles tinham carro. Por isso até se torna para nós muito duvidoso porque para nós, para ser um Sindicato como deve ser, devia ser tudo operário, e não chefes. Aquilo ali não. Era quem mais levava carros. E nós operários, está claro, não temos ordenados para comprar carros.

"Revolução" — Que conclusões tira disto tudo?

Sindicalista — Ainda ontem acabei por saber que, parte dos que lá estão, ainda são da antiga direcção fascista (Machado Alves, Andrade, Moreira), por isso para nós é muito duvidoso. Um Sindicato que nunca favoreceu a gente em nada, como é que agora, daqui e diante, se fica-

## CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Semestral ... ..	60\$00
Anual ... ..	120\$00

O pagamento deve ser feito no início da assinatura e enviado por cheque ou vale do correio para a nossa direcção provisória. Os pagamentos directos podem efectuar-se também na direcção provisória das 18 às 20 horas.

# CATALUNHA UMA ENTREVISTA

Conversámos com um padre catalão, que se encontra no Porto, vindo da Galiza, por onde tinha andado em digressão política, antes de vir observar este outro país da Ibérica, os efeitos da liberdade.

— Desde que estou em Portugal, eu é que estou revisionista...

— Mas porque, perguntámos preocupados.

— Porque ando a rever tudo. A situação aqui é surpreendente.

Este nosso amigo catalão falou-nos depois do seu país, que nos interessa como todos os países do Mundo e que nos toca particularmente pela sua proximidade geográfica.

Na Catalunha, foi fundada em 7 de Novembro de 1972 a "Assembleia da Catalunha" num plenário que reuniu 300 delegados de diversas organizações. Estas, para termos uma ideia de quais as tendências organizadas naquele país são as seguintes:

Frente Nacional de Catalunha, Partido Socialista Unificado da Catalunha (PSUC); União Democrática da Catalunha; Movimento Socialista da Catalunha; Partido Popular Catalão; P. "Socialista d'Aliberamento Nacional de los Paisos Catalans" (PSAN); Liga Comunista Revolucionária; Partido Comunista Espanhol (M-L); Partido Comunista de Espanha Internacional; "Bandera Roja"; "Comissions Obreras" da Catalunha (Sindicatos); "Comissions Obreras" por sectores (locais de habitação); "Comissions" de Bairros (de Barcelona); "Comissions" cívicas (comarcas); Não alinhados (católicos progressistas — comunidades cristãs de base); Acção Carlista.

As quatro primeiras organizações estiveram até agora coordenadas pela Coordenadora das Forças Políticas da Catalunha, tendo-se juntado a elas nos últimos seis meses o Partido Popular Catalão.

O programa mínimo desta larga plataforma assenta em três grupos de objectivos: o da conquista das liberdades democráticas; o da luta pela independência nacional, que considera que as liberdades na Catalunha só poderão ter efectividade se ao mesmo tempo for restabelecido o estatuto de autonomia de 1932, como primeiro passo para que o povo catalão possa exercer o direito de autodeterminação; o da coordenação da luta do povo catalão com a dos outros povos de Espanha.

## O QUE É A CATALUNHA

Para a maioria dos portugueses, a Catalunha é uma província de Espanha. No entanto, para os Catalães ela é um país da península ibérica tal como Portugal, a Galiza, o País Basco. Para nós que tivemos o 1640, a revolução a fazer não tem já o problema da independência nacional. Mas para aqueles países que são oprimidos pelo "imperialismo de Madrid", há que lutar ainda pela independência.

A Catalunha foi sempre independente, mantendo-se num regime de federação com Aragão. Embora a partir de certa altura passasse a ter o mesmo rei de Castela, mantinha fronteiras, al-fândegas, moeda própria, cortes. Os primeiros actos de imperialismo castelhano começaram exactamente pela mesma altura em que Portugal voltava a ser in-

dependente. A Catalunha, país com uma posição geográfica privilegiada no Mediterrâneo, aberta para os caminhos do comércio marítimo e da colonização do novo continente, tem cedo uma burguesia com muita importância, que se opõe às forças feudais. Pelo desenvolvimento desta classe e da economia mercantil, a Catalunha ganha cedo características que levam alguns historiadores marxistas a considerar que é a primeira nação da Europa. Isto conduz a um processo de democratização, que leva a que a Catalunha continue a funcionar com cortes, com representação dos vários grupos sociais, numa altura em que já havia monarquia absoluta em Castela. Por outro lado, uma lei catalã dizia que os catalães só podiam ser requisitados para a guerra se a Catalunha fosse invadida e se o rei estivesse à cabeça do exército. Esta situação não convinha a Castela, que travava uma guerra imperialista na América, nos Países Baixos, na Itália. Precisava assim de homens e dinheiro e tinha onde ir buscá-los. A Catalunha é invadida, aliando-se a grande aristocracia catalã com o rei de Castela. Finalmente em 1714 Barcelona é tomada e passa a ser domínio de Castela.

A partir daí a luta pela independência catalã nunca mais parou. País com uma burguesia muito importante, a Catalunha é também, em consequência, a partir do século XIX, um país de proletariado. De acordo com o crescimento desta classe, a luta assumiu naquele país aspectos superiores, com formas de violência organizada. Desde a ocupação que a resistência es expressou sob a forma de guerrilha, cuja tradição se manteve até aos nossos dias. E também a luta de ruas tem a dada altura tal importância que Engels diz que Barcelona é a cidade no mundo com mais lutas de barricada.

Hoje, as manifestações de rua com confrontos violentos, os assaltos a bancos, a luta directa com a polícia (que leva à condenação à morte de Puiz Antich em Março deste ano), são moeda corrente.

Sobre tudo isto conversámos com o nosso amigo catalão, para quem a História é a história da luta de classes.

— E como é que passou a República espanhola por tudo isto?

— Barcelona foi um ponto de apoio firme para a República. Foi proclamada aí seis horas antes de Madrid, por Macia.

— Conte-nos quem foi Macia.

— Macia é um herói lendário, socialista guerrilheiro. Fez luta armada de 1923 a 1930.

— Como era essa luta armada?

— Uma parte foi frustrada. Mas teve importância. Numa das acções Macia pôs uma bomba de 50 kg de dinamite no comboio onde vinha o rei. Mas foi detectada...

No Rocilhão, do lado de lá dos Pirinéus, preparou também um grupo de guerrilha para penetrar na Catalunha. Mas foram descobertos a passar a fronteira. A guerrilha não começou, mas este facto chamou a atenção pública e teve importância política.

— Qual era a posição de Macia em relação à independência da Catalunha?

— Macia era separatista e socialista. Para ele a independência só tinha sentido com o socialismo.

## EDITORIAL

(continuação)

que, por decreto, irá contrariar a lei de concentração de capitais.

Inequivocamente ao lado não da pequena e média burguesia, mas da grande, o Governo Provisório tem ido longe na protecção dos exploradores contra os explorados. Mas para os ministros do PPD e outros deve ir ainda mais e deixam de suportar as contradições que lhes acarreta o governo de coligação. A posição ambígua dos partidos reformistas, a sua linguagem na rua, a sua fidelidade à defesa dos interesses da pequena e média burguesias são incompatíveis com o capitalismo eficaz e dinâmico dos ministros demitidos.

Daí a sua tentativa de golpe de força, procurando mais poderes.

Sairam derrotados deste combate. O Conselho de Estado, com uma maioria de mili-

tares, não aprovou estas medidas. Mas, atenção. Conhecedores da crise do capitalismo português, que sabem bem se agravará, esperam tranquilamente a hipótese de ser reconduzidos, a pedido e com mais força. Sabem bem que os partidos reformistas não são o xarope para a crise do capitalismo português, por mais que decretem reformas, por mais que reprimam.

Podem descer exércitos sobre o Marquês de Pombal, para não "transigir" com a "anarquia" como dizia um convencido jornalista, que entretanto nega qualquer importância à esquerda revolucionária. Mas tanto exército para importância nenhuma? O mesmo já lá dizia Caetano, nos mesmos écrans de televisão, quando falava dos "grupos minotários de agitadores"! Realmente, ontem como hoje a burguesia está inquieta, por mais que se convença, repetindo alto, que tudo está bem no melhor dos

mundos.

Felizmente que as coisas vão mal para a burguesia. Mas disso o proletariado só pode aproveitar, se estiver organizado e se estiver vigilante. As condições são propícias para que se entre no caminho da Revolução Socialista. Mas isso também não escapa à burguesia.

LÊ, ASSINA  
E DIVULGA  
REVOLUÇÃO



Sen ijtigista do bairro, sen contra-revolucionário, sen esoula!  
Sen mãos limpas.

À rasca que estes gajos ouvissem o copiadador no tempo dos outros... E agora licham-me. Vá pró-chefe, vá pró-chefe!

Aqui a malta é grevista, é agitadora, é revolucionária, é sim senhor!

Vá pró-reformistas, já que a gente bem educada. Vá pró-redilhas com eles, com-tar a Maria Cachucha. Não se destriam, não! Julgam que os malandros dos patrões andam a fazer redes de cravo ao peito aos saltinhos à volta da gresca da adju-mistração?

Atua-los, hem!

Lombada.

Fui ao Marquês, para apoiar os rapazes, era tudo cheio de tiopa. É o pior é que o HES assim como convocou, assim desconvocou. Tivem a malta com cara de pau.

Chego a casa, o Palma Carlos também tiopa convocou e desconvocou. Agora já é mau.

A mim ninguém me engana. Era miúto, desde o princípio, só quem miúto a direito é que vale. Ora se é pela malta ou pelos patrões. Uns dup lado, outros do outro. E você vá andando, que ninguém estive com a malta.

Eu dizer que o jornal "Revolução" há de acabar? Eu?

O material do seu filho é que disse que o meu era beijo e copo de leite.

Eu não quero é chatices.

Eu, o que está, está bem.

Eu, quem manda, manda.

Eu não gosto de reclamações.

Trinta anos de serviço, nem uma greve.



(continua na pág. 7)